



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA Nº 001/2024 (Processo Administrativo n.º 006/2024)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix, por meio de seu Presidente da Comissão de Contratação, especialmente designado para conduzir o presente procedimento prévio a contratação direta, realizará Dispensa, nos termos do art. 75, inciso II e §3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, abrindo-se o presente procedimento para coleta de propostas adicionais de eventuais interessados, com critério de seleção menor preço, observadas as especificações no presente aviso de dispensa.

Aviso de Dispensa e Termo de Referência disponíveis no endereço eletrônico: transparencia.camocimdesaofelix.pe.gov.br (na aba Portal da Transparência, opção quadro de avisos).

Os interessados podem apresentar propostas de preços, exclusivamente pelo e-mail cpl.camocimsfelix@gmail.com, no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da data da publicação, até o dia 16 de fevereiro de 2024.

A proposta deve observar as disposições contidas neste Aviso de Dispensa, contendo a descrição do objeto ofertado, devendo, ainda, declarar eventuais especificidades em relação às contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Formalização de consultas: os fornecedores interessados poderão formular consulta através do e-mail: cpl.camocimsfelix@gmail.com, as quais serão respondidas mediante envio de e-mail ao licitante solicitante, com cópia para todos os fornecedores que houverem solicitado cópia deste termo de referência.

Também deverão ser encaminhados através do e-mail cpl.camocimsfelix@gmail.com, eventuais impugnações quanto a especificações técnicas contidas no presente aviso de dispensa, assim como pedidos de modificação dos respectivos termos.

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 - O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de **empresa especializada para prestação de serviços de organização de formações continuadas para execução da Formação Continuada para Gestores, Coordenadores Escolares e Professores da Rede Municipal de Ensino: "INCLUINDO AS DIFERENÇAS"., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência Anexo.**

1.2 - A contratação será em item único, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO ESTIMADO R\$	PREÇO ESTIMADO TOTAL (VALOR UNITÁRIO)
1	"contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização	UND	01	R\$ 32.425,00	R\$ 32.425,00

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

	de formações continuadas para execução da Formação Continuada para Gestores, Coordenadores Escolares e Professores da Rede Municipal de Ensino: “INCLUINDO AS DIFERENÇAS”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência”.				
--	--	--	--	--	--

O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1 - A participação na presente dispensa se dará encaminhamento de e-mail para o endereço eletrônico cpl.camocimsfelix@gmail.com Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas seguintes vedações: autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

trabalhista;

h) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

i) Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

j) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

k) Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

l) Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3 - INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por e-mail endereçado ao endereço eletrônico cpl.camocimsfelix@gmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.10. Junto com a proposta inicial, o fornecedor deverá, também, as seguintes declarações (que devem corresponderem à efetiva realidade da empresa):

- a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4 - APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1 Encerrada o prazo para envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas, o que ocorrerá através do e-mail através do qual for enviada a proposta.

4.3 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.4 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.5 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

4.6 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a noventa (90) dias, a contar da data de sua apresentação. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- f) Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
 - c) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
 - d) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - e) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - f) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
 - g) Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
 - h) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - i) Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
 - j) Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

5 - HABILITAÇÃO

5.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de apreciação de preço.

5.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- e) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);
- f) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- g) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- h) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- i) O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- j) Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- k) Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- l) É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- m) O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- n) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- o) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

p) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

q) O fornecedor provisoriamente vencedor, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

r) Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

s) Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

t) Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação, constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

6 - CONTRATAÇÃO

6.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2 O adjudicatário terá o prazo de dois (02) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de dois (02) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.4 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta, respeitado o limite anual previsto no art. 75, inciso II c/c § 1º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.6 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

do contrato.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a
- i) Dispensa ou a execução do contrato;
- j) Fraudar a Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- m) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- n) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FELIX - GOVERNO MUNICIPAL

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O procedimento será divulgado no site www.camocimdesaofelix.pe.gov.br (na aba Portal da Transparência, opção quadro de avisos).

8.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

a) Republicar o presente aviso com uma nova data;

b) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.3 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.4 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.5 As providências dos subitens 8.2 e a) acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

8.6 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.9 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.10 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.12 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.13 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.14 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
- b) ANEXO II - Termo de Referência;
- c) ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
- d) ANEXOS IV, V, VI e VII

Camocim de São Félix (PE), 08 de fevereiro de 2024

Sergio Luiz Vieira
Presidente da Comissão de Contratação

Nataly Bezerra de Lima França
Membro

Paula Janaina de Macedo Silva
Membro

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- b) A(s) certidão(ões) referentes aos processos distribuídos pelo PJe 1 e 2 grau, (sistema do processo judicial eletrônico) da sede da licitante ou de seu domicílio

4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- c) Fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5 – OUTRAS DOCUMENTAÇÕES

5.1 – Apresentar DECLARAÇÕES, conforme contidos nos ANEXOS IV, V, VI e VII, deste edital.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO II

TERMO DE REFERENCIA

1 - APRESENTAÇÃO

O presente documento visa apresentar a organização de evento formativo que marcará o retorno das atividades da Rede de Ensino para o ano letivo de 2024, tendo por objetivo promover momentos de reflexão e formação em educação e práticas educacionais, quanto a administração dos espaços pedagógicos, liderança, organização pedagógica, planejamento e prática pedagógica e assim contribuir com as relações de saberes que ocorrem entre os profissionais da educação e entre esses profissionais e os alunos da Rede Municipal, discutindo os temas supracitados dentro de um cenário de inclusão social.

1.1. MENSAGEM

“A função da Educação é ensinar a pensar intensamente e pensar criticamente. Inteligência mais caráter: Esse é o objetivo da verdadeira Sob a luz do que disse Martin Luter King, cremos que o projeto a seguir seja agente iluminador sobre a necessidade daqueles que fazem parte da equipe docente da Rede Municipal de Camocim de São Félix -PE para que convertam seus pensamentos críticos em boas ações que deem resultado na construção do caráter de nossos alunos sob um olhar de inclusão e combate ao desrespeito com as diferenças que convivem desde a sala educação.” Martin Luther King Jr.de aula.

2 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Formação Continuada para Gestores, Coordenadores Escolares e Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

3 - JUSTIFICATIVA

Aprimorar os serviços públicos por meio da eficiente alocação de recursos, valorização dos profissionais da educação e, primordialmente, através da construção colaborativa de um ambiente acolhedor para os usuários tem sido um objetivo central da gestão municipal em Camocim de São Félix. A administração tem mantido um compromisso contínuo em aprimorar o município.

Até recentemente, a implementação regular de sessões formativas para nossa equipe de ensino não era viável, em grande parte devido às restrições financeiras enfrentadas pela Rede Municipal. No

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

entanto, essa situação foi gradualmente superada pela eficaz administração pública do município, que logrou incrementar a receita e estabilizar o financiamento das iniciativas educacionais.

Com o propósito de proporcionar esses momentos de formação aos professores da Rede Municipal, temos a intenção de sistematizar estratégias metodológicas por meio de um plano de ação. Este plano está alinhado às diretrizes estabelecidas na Lei Nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. A meta Nº 16 do PNE estabelece a garantia de formação continuada para todos os profissionais da educação básica, focalizando, neste caso, a temática da inclusão e convívio com as diversidades.

A escolha dessa abordagem deriva do interesse em fomentar ações que promovam a interação e a socialização com os variados públicos atendidos pela Rede Municipal de Educação, levando em consideração suas distintas particularidades, sejam elas de natureza física, sexual, étnico-racial, religiosa, entre outras.

4 - OBJETIVO GERAL

Capacitar, grupos docentes, agrupando-os de acordo com a modalidade de ensino atendida, disciplinas e considerando quadro de gestão escolar para atuarem na administração dos espaços pedagógicos, e na administração dos conteúdos educacionais a serem trabalhados, buscando troca de informações que contribua com o planejar, o implementar, o acompanhar e o avaliar relacionados as atividades desenvolvidas, com vistas a práticas eficazes e inovadoras que garantam o sucesso do processo educativo nas escolas e a convivência com as diversidades presentes em sala de aula.

4.1 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Propor às escolas municipais um plano de ação visando à formação permanente de suas equipes, por meio da incorporação do sentido de liderança e coordenação de seus agentes gestores;
- Elencar estratégias formativas a partir de ações comuns para enfrentar problemas da rotina escolar;
- Estabelecer em todas as escolas da rede uma metodologia sistêmica de trabalho que leve ao aperfeiçoamento dos serviços ofertados;
- Quebrar barreiras de trabalhos relacionados a inclusão, seja ela física, ou social.

4.2 - METODOLOGIA

Essa formação será realizada por meio do agrupamento de professores com trabalho semelhante efetuado na rede municipal, e na oportunidade, eles terão contato com professores de outras redes/sistemas de ensino que apresentarão aos professores locais, práticas de sucesso para inclusão e o trabalho pedagógico em meio às diversidades. Os encontros serão planejados a partir das necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação e envolverão

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

temáticas que propiciem o enfrentamento de problemas e a melhoria da qualidade do ensino e, consequentemente, nos indicadores educacionais.

Planejamento: À equipe convidada compete o planejamento dos encontros formativos segundo temáticas que envolvam problemas a serem solucionados e/ou situações que precisam ser problematizadas em rede. Assim, cada formador(a), a partir de sua área de concentração/atuação, desenvolverá um plano de formação com o objetivo de cada encontro e contendo também a metodologia de trabalho a ser desenvolvida.

Monitoramento e participação: as escolas receberão o convite e esse deverá ser repassado a todos os professores para que estejam disponíveis e sejam participativos durante o dia de formação.

Logística e organização dos encontros: As formações serão realizadas de forma presencial, nas dependências da Escola Municipal Pedro Bezerra, local central e de porte necessário para acolhida de todos os professores da rede, de modo a atender todos os participantes de forma efetiva e possibilitar ativa participação, engajamento e bom rendimento relacionado aos objetivos.

Metodologia prática: Em prática, a formação acontecerá em dois dias seguidos, um primeiro todo voltado para a temática da inclusão, em especial, inclusão de portadores de alguma necessidade especial, por meio de palestra coletiva e seguido de oficinas sobre metodologias ativas de inclusão a esses estudantes e um segundo dia de formação dirigida à prática pedagógica num cenário de inúmeras diversidades.

4.3 - PÚBLICO ALVO

A Secretaria Municipal de Educação através do Departamento de Ensino planejou a formação em questão para aproximadamente 172 educadores, que estarão envolvidos nesse encontro formativo por 8h no dia 19 de fevereiro de 2024.

GRUPOS A SEREM ATENDIDOS			
	GRUPO	TOTAL DE ENVOLVIDOS	QUANTIDADE DE GRUPOS A SEREM DIVIDIDOS
1	GESTORES ESCOLARES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS	20	1
2	PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL	25	1
3	PROFESSORES ANOS INICIAIS	60	2
4	PROFESSORES ANOS FINAIS – LINGUA PORTUGUESA	15	1
5	PROFESSORES ANOS FINAIS – MATEMÁTICA	12	1
6	PROFESSORES ANOS FINAIS – CIÊNCIAS	8	1
7	PROFESSORES ANOS FINAIS – CIÊNCIAS HUMANAS (HISTÓRIA, GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO FÍSICA)	7	1
8	PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	25	1
TOTAL DE PARTICIPANTES ESTIMADO 172			

4.4 - CRONOGRAMA E CARGA HORÁRIA

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO “INCLUINDO AS DIFERENÇAS”, terá carga-horária de 8h/a por turma, sendo 8 o total de turmas:

CRONOGRAMA DE EVENTO
ABERTURA DO EVENTO + DISCURSO DAS AUTORIDADES (2H)
PALESTRA (2H)
OFICINAS DE FORMAÇÃO - PRÁTICAS INCLUSIVAS (4H) – 8 TURMAS

4.5 - PLANILHA DE CUSTOS E VALOR MÉDIO

PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES EQUIPE DE GESTORES E COORDENADORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO							
ORDEM	DESPESA	QTD	ESPECIFICAÇÃO TECNICA	TIPO DA DESPESA	Quant. de Diárias	Valor Unitário	Valor Total
1	EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO						
1.1	GRID PARA BANNER	1	Locação de diária de um grid para exposição do banner 2,00 x 3,00;	Locação	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
1.2	PROJETOR	1	Projektor de no mínimo 4.000 lumens, com alimentação 220v ou bivolt, modo zoom, entradas usb, VGA e HDMI.	Locação	5	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00
1.3	BANNER	1	Banner em lona com medidas de 2x3 metros impressos com logomarca de identificação do evento.	Aquisição	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
SUB TOTAL R\$							R\$ 3.400,00
ORDEM	DESPESA	QTD	ESPECIFICAÇÃO TECNICA	TIPO DA DESPESA	Quant. de Diárias	Valor Unitário	Valor Total
2	MATERIAL DE CONSUMO – KIT DO ALUNO						
2.1	Caneta esferográfica	170	Corpo transparente para total controle do consumo, corpo sextavado, não rola da mesa escrita fina e macia até o final	1	Unid.	R\$ 1,50	R\$ 255,00
2.2	Bloco 48 folhas	170	Bloco para anotações, com capa personalizada e 48 folhas brancas coladas em face superior.	1	Unid.	R\$ 6,00	R\$ 1.020,00
2.3	Caderno de fundamentação teórica	170	Fornecimento de caderno de fundamentação teórica encadernado com até 20 páginas	1	Unid.	R\$ 10,00	R\$ 1.700,00
2.4	Certificado	170	Certificado individualizado para cada participante da	1	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 850,00

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

ORDEM	DESPESA	QTD	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	TIPO DA DESPESA	Quant. de Diárias	Valor Unitário	Valor Total	
formação.							SUB TOTAL R\$	R\$ 3.825,00
3	MÃO DE OBRA ENVOLVIDA							
3.1	Formadores	8	Estudo dirigido por formadores/oficineiros especialistas em práticas pedagógicas sobre a temática da formação.	4H	HORA	R\$ 300,00	R\$ 9.600,00	
3.2	Coordenadores	2	Serviço de Organização prévio e acompanhamento das etapas de realização da Formação de abertura do ano letivo de 2024	16H	HORA	R\$ 300,00	R\$ 9.600,00	
3.3	Palestrante	1	Serviço de palestra com duração de 2h com temática relacionada a Inclusão e ao trabalho com diversidade.	2H	HORA	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00	
							SUB TOTAL R\$	R\$ 25.200,00
							VALOR TOTAL R\$	R\$ 32.425,00

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação deste objeto, serão custeadas através da seguinte dotação orçamentária:

Orgão: 02 – Prefeitura Municipal;

Unidade: 07 – Secretaria de Educação;

Sub Unidade: 03 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Impostos e Transferências;

12.122.0120.2088.0000 – Governança e Gestão Administrativa da Secretaria de Educação;

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

6 - JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

Os preços em referência foram obtidos através de preços de referência de mercado e através de Pesquisas de Preços com prestadores de serviços do ramo de atividade e ponderadas através de levantamento de preços de prestação de serviços similares através da plataforma do Banco de Preços, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, ambas ferramentas estas informatizadas que disponibilizam dados de compras públicas homologadas no Comprasnet (Compras Governamentais) afastando risco de sobrepreço, todos acostados aos autos do processo. Todavia, vale salientar que foi feita a observância ao que estabelece a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional., informamos que o Município de Camocim de São Félix, através de seu departamento demandante, priorizou a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente, versado no art. 23 da Lei

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

14.133/2021.

6.1 - Uma vez firmado o contrato, pagamentos serão efetuados pela contratada em até 30 dias após a entrega da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, para tanto, as empresas contratadas deverão manter disponíveis:

- Recibo de pagamento contendo dados bancários;
- Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal;
- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual;
- Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal, da sede ou domicílio da contratada;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços e/ou correção monetária;

6.3 - Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que a desaprove, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA providencie as correções necessárias, não acarretando quaisquer ônus à Administração Municipal.

7. OBRIGAÇÕES ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

7.1 CONTRATANTE:

7.1.1 Formalizar a solicitação do serviço deste contrato através de requisição de material/serviço em tempo suficiente para organização do mesmo;

7.1.2 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato ou instrumento substitutivo, anotando e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos em prejuízo à Administração Municipal, podendo, a seu critério, exigir medidas corretivas;

7.1.3 Verificar a equivalência dos materiais/serviços entregues, com as especificações contidas no Termo de Referência e/ou contrato;

7.1.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido no contrato;

7.2 CONTRATADA:

7.2.1 Fornecer contato telefônico para comunicações informais junto à CONTRATANTE e endereço eletrônico de e-mail para receber toda e qualquer comunicação formal, seja requisição de material/serviço, notificação e outras que se fizerem pertinentes;

7.2.2 Prestar o serviço em conformidade com o que vier a ser contratado, levando-se em consideração todas as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital de Licitação, Projetos de Formação e na proposta consolidada, inclusive unidade de medida, valor unitário e demais pertinentes ao feito;

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO

7.2.3 Verificada falha ou imperfeição que impeça o recebimento ou a utilização do objeto do contrato nas finalidades administrativas institucionais, saná-las no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação formal Administração;

7.2.4 Custear todas as despesas trabalhistas e afins dos seus servidores para prestação desse serviço;

7.2.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.2.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, observando-se o disposto do Art.125 da Lei nº 14.133/21;

7.3 AMBAS:

7.3.1 Cumprir e fazer cumprir o disposto no Termo de Referência e nas cláusulas contratuais.

8. DO PRAZO CONTRATUAL

8.1 - O prazo de vigência do será até o dia 31/12/2024, sendo que a execução se dará com carga horária de 08:00 (oito) horas, de forma presencial e em local a ser definido pela administração, conforme descrição da planilha acima, estando programadas para os dias: 31 de dezembro de 2024.

9. FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Termo de Referência será exercida pelo servidora **Aldejane Maria de Oliveira Silva – Matrícula: 6157-1 – Contato: +55 81 99596-8873** da Secretaria Municipal de Educação de Camocim de São Félix, a quem compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução e o fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo dará ciência à Contratada, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - Os serviços serão executados conforme o estabelecido neste Termo de Referência e descrito na Ordem de Serviço, e pagos mensalmente de acordo com os critérios estabelecidos no Instrumento Convocatório.

10.2 - O pagamento deverá ser efetuado mensalmente à CONTRATADA, através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias, do mês subsequente à prestação de serviços, com apresentação da Nota Fiscal / Fatura anexada ao relatório mensal de acompanhamento e fiscalização elaborado pela contratada, devidamente atestadas pela área técnica da Secretaria demandante.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1 - O contrato terá vigência a partir da data da assinatura do mesmo, tendo validade até 31/12/2024, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei **14.133/2021**.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

12.1 - A prestação de serviço será executada conforme solicitação pela contratante, em data a combinar pela contratada, a contratada deverá elaborar um relatório físico-financeiro identificando e discriminando as atividades referentes à sua competência durante o referida prestação de serviço apresentado juntamente com a nota fiscal de serviço, para que possam ser atestados pela autoridade competente, que deverá encaminhar os documentos para pagamento.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A prestação do serviço objeto deste TR será de inteira e exclusiva responsabilidade da Contratada não cabendo à Contratante nenhum ônus ou prejuízo dela decorrente.

Camocim de São Félix, 08 de fevereiro de 2024.

José Adalberto da Silva
Secretário Municipal de Educação

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO PMCSF N° ____/2024.

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, que entre si firmam o Município de Camocim de São Félix, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 10.766.129/0001-69, localizado a Praça São Félix, n° 20, Centro, Município de Camocim de São Félix, Estado de Pernambuco, CEP 55.665-000, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, o Sr. Gorge do Carmo Bezerra, _____, _____, _____, portador da cédula de identidade RG n° ____/____, inscrito no CPF sob o n° _____, residente e domiciliado na Rua _____, n° ____, bairro _____, _____, Estado de Pernambuco, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a _____ e sediada na _____, N° ____, _____, _____/____, representada pelo sócio Sr. _____, _____, _____, residente e domiciliado na _____, n° _____, _____, _____, Estado de Pernambuco, Inscrito na Identidade n° _____ - ____/____, no CPF n° _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na Lei Federal n°. 14.133, de 1° de abril de 2021 e suas posteriores alterações e na autorização/ratificação da Dispensa Licitação n° ____/2024, Processo Administrativo PMCSF n° ____/2024, têm entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização de formações continuadas para execução da Formação Continuada para Gestores, Coordenadores Escolares e Professores da Rede Municipal de Ensino: “INCLUINDO AS DIFERENÇAS”.

A prestação de serviços de consultoria, dar-se-á em conformidade com o Termo de Referência conforme seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO

O presente contrato administrativo subordina-se às regras de Direito Público, em especial as contidas no artigo 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores, aplicando-se nos casos de omissão, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - A presente contratação justifica-se pelos fatos que se seguem:

- a) Dever constitucional instituído pelo art. 37, inc. XXI, que obriga toda a Administração Pública a realizar prévia licitação para a contratação de serviços;
- b) Aprimorar os serviços públicos por meio da eficiente alocação de recursos, valorização dos profissionais da educação e, primordialmente, através da construção colaborativa de um ambiente acolhedor para os usuários tem sido um objetivo central da gestão municipal em Camocim de São Félix. A administração tem mantido um compromisso contínuo em aprimorar o município;
- c) Até recentemente, a implementação regular de sessões formativas para nossa equipe de ensino não era viável, em grande parte devido às restrições financeiras enfrentadas pela Rede Municipal. No entanto, essa situação foi gradualmente superada pela eficaz administração pública do município, que logrou incrementar a receita e estabilizar o financiamento das iniciativas educacionais;
- d) Com o propósito de proporcionar esses momentos de formação aos professores da Rede Municipal, temos a intenção de sistematizar estratégias metodológicas por meio de um plano de ação. Este plano está alinhado às diretrizes estabelecidas na Lei Nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. A meta Nº 16 do PNE estabelece a garantia de formação continuada para todos os profissionais da educação básica, focalizando, neste caso, a temática da inclusão e convívio com as diversidades;
- e) A escolha dessa abordagem deriva do interesse em fomentar ações que promovam a interação e a socialização com os variados públicos atendidos pela Rede Municipal de Educação, levando em consideração suas distintas particularidades, sejam elas de natureza física, sexual, étnico-racial, religiosa, entre outras.

CLÁUSULA QUARTA- VALOR DO CONTRATO

Pela execução dos serviços o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância global de R\$ _____ (_____), compatível com o valor da proposta de preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

Pela disponibilização dos serviços descritos na Cláusula Primeira a contratada receberá sua contraprestação pecuniária em parcela única, equivalente a R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

O Município de Camocim de São Félix efetuará o pagamento referente à prestação do serviço objeto deste Contrato até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao da apresentação da fatura/Nota fiscal, o fazendo em 01 (uma) parcela, mediante prévia apresentação da nota fiscal/fatura e após o atesto da prestação dos serviços.

Subcláusula primeira – O Município de Camocim de São Félix se reserva ao direito de efetuar o pagamento das faturas dos serviços prestados, dentro do mês da prestação dos serviços, e após as mesmas darem entrada na seção de contabilidade.

Subcláusula segunda - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Subcláusula terceira - O pagamento será feito em moeda corrente nacional através de cheque nominal com carimbo de cruzamento válido apenas para depósito bancário, ou através de transferência on-line de valores, preferencialmente.

Subcláusula quarta - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Subcláusula quinta - O CONTRATANTE se reserva no direito de exigir da CONTRATADA, a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias e com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, quando da oportunidade de liquidação, antes do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a vigência até o dia 31/12/2024, com termo inicial imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviços, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.122/2021, observado o limite financeiro consignado no inciso II do artigo 75 do mesmo diploma.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os créditos orçamentários destinados ao custeio das despesas objeto desta licitação são os constantes das dotações orçamentárias abaixo especificadas, consignadas no Orçamento para o exercício de 2024:

Orgão: 02 – Prefeitura Municipal;

Unidade: 07 – Secretaria de Educação;

Sub Unidade: 03 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Impostos e Transferências;

12.122.0120.2088.0000 – Governança e Gestão Administrativa da Secretaria de Educação;

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações do CONTRATANTE:

- I - Formalizar a solicitação do serviço deste contrato através de requisição de material/serviço em tempo suficiente para organização do mesmo;
- II - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato ou instrumento substitutivo, anotando e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos em prejuízo à Administração Municipal, podendo, a seu critério, exigir medidas corretivas;
- III - Verificar a equivalência dos materiais/serviços entregues, com as especificações contidas no Termo de Referência e/ou contrato;
- IV - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido no contrato;
- V - Notificar a CONTRATADA imediatamente, por ofício, sobre as faltas e defeitos na execução dos serviços; e
- VI - Nomear um representante para acompanhamento e fiscalização deste contrato, nos termos do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações da CONTRATADA:

- I - O cumprimento das prescrições e obrigações prescritas no projeto básico (Anexo II), prestando os serviços de formação continuada com as características e funcionalidades mínimas exigíveis, bem como suporte técnica, quando necessário;
- II - O pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras, que vierem a incidir sobre a execução dos serviços;
- III - Reconhecer que o inadimplemento do contrato, motivado pelo não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das multas e dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato;
- IV - Responder pelas obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão ou não do objeto do contrato;
- V - Será por conta da CONTRATADA toda a mão-de-obra, obrigações sociais, seguros contra acidentes de trabalho específicos aos serviços, equipamentos de segurança, equipamentos técnicos, coffee break e kit de materiais, bem como tudo o que for necessário à boa e eficaz execução dos serviços/de formação;
- VI - Competirá exclusivamente à CONTRATADA o pagamento de salários, horas-extras e/ou noturnas, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais;
- VII - Responder pela administração dos serviços, bem como pela mobilização, desmobilização e deslocamento de pessoal, dentre outras ações de logística que tornem possível a execução dos serviços, na forma do Projeto Básico, mormente por ocasião de atendimentos de chamados presenciais;
- VIII – Zelar para que os dados, informações e quaisquer documentos elaborados com base nos serviços ora contratados, tenham tratamento reservado;
- IX - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e/ou supressões até o limite fixado na Lei Federal

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

nº 14.133/2021; e

X – Não transferir para outro as obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercerem toda a sua plenitude a ação fiscalizadora de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula Primeira - A fiscalização de que trata esta CLÁUSULA não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas e vícios, na ocorrência desse, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e propostos.

Subcláusula Segunda - O CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo ampla e prévia defesa em processo administrativo.

Subcláusula primeira – A inexecução total ou parcial, ou o atraso no cumprimento do objeto do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, acarretará a aplicação das seguintes cominações, que poderão ser aplicadas cumulativamente ou não:

I – Advertência;

II – Multa, nas seguintes situações:

Pelo atraso nos serviços, em relação ao prazo estabelecido pela Administração, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

Pela recusa em realizar os serviços, caracterizada em 05 (cinco) dias após o vencimento do prazo estipulado, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

Pela demora em substituir/refazer os serviços rejeitados ou corrigir falhas no mesmo; a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, correspondente a 2% (dois por cento) do valor dos serviços recusados, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor dos serviços não substituídos/corrigidos;

Pela recusa da contratada em corrigir as falhas nos serviços, entendendo-se como recusa a correção não efetivada nos cinco dias que se seguirem a data da rejeição, correspondente a 10% (dez por cento) dos serviços rejeitados; e

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

Pelo não cumprimento de qualquer condição estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021, não previstas nas letras “a” a “d” acima, correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato para cada evento.

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Camocim de São Félix, pelo prazo de até 03 (três) anos; e

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o contratante, pelos prejuízos ocasionados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula segunda – A contratada estará sujeita as penalidades previstas nos incisos III e IV acima, quanto à prática das seguintes situações:

Pelo descumprimento do prazo de execução dos serviços;

Pela recusa em atender alguma solicitação para correção nos serviços objeto do contrato, caracterizando-se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e

Pela não execução dos serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste contrato.

Subcláusula terceira – As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos cabíveis.

Subcláusula quarta – O contratante poderá descontar, dos pagamentos porventura devidos à contratada, as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.

Subcláusula quinta – A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

Subcláusula sexta – O valor da multa deverá ser recolhido à Tesouraria do Município de Camocim de São Félix, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.

Subcláusula sétima – Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

Subcláusula oitava – Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

I – Advertência por escrito;

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - GOVERNO MUNICIPAL

II – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Camocim de São Félix, pelo prazo de até 03 (três) anos; e

III – Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

Subcláusula nona – O valor pertinente às multas aplicadas, face ao provimento de recurso será devolvido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do presente contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Subcláusula primeira – Inadimplemento imputável à contratada – O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no artigo 137, incisos I a V e VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba à contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes em procedimento administrativo regular.

Subcláusula segunda – O presente contrato poderá ser rescindido consensualmente, mediante a ocorrência da hipótese prevista no inciso VIII do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula terceira – O contrato poderá ser rescindido de forma consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração, na forma do artigo 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula quarta – Este contrato poderá ser rescindido judicialmente, nos termos da legislação processual vigente, conforme artigo 138, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula quinta – Quando a rescisão ocorrer com fundamento nos incisos V a VII do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Subcláusula sexta – A rescisão administrativa por ato unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada, na forma do artigo 138, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato.

Subcláusula única – Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e empresariais, decorrentes da execução do contrato.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FELIX - GOVERNO MUNICIPAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A contratada responderá por perdas e danos que vier a sofrer o contratante, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo, ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não excederão aos limites estabelecidos no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações porventura necessárias ao bom e fiel cumprimento do objeto deste contrato, serão efetivadas na forma do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato o Foro da Comarca de Camocim de São Félix, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à Contratada, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Camocim de São Félix-PE, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FELIX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
- PREFEITO MUNICIPAL -

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX.
REPRESENTANTE:

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FELIX - GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMOCIM DE SAO FELIX-PE

Processo Administrativo PMCSF nº ____/2024.

Dispensa de Licitação nº ____2024.

(NOME DA EMPRESA), _____, CNPJ nº ____, sediada (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação na presente Dispensa de Licitação, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do representante legal)

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FELIX - GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

A
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMOCIM DE SAO FELIX-PE

Processo Administrativo PMCSF nº ____/2024.
Dispensa de Licitação nº ____/2024.

O signatário da presente, em nome da proponente (qualificar a proponente) declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 337 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do representante legal)

]

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FELIX - GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMOCIM DE SAO FELIX-PE

Processo Administrativo PMCSF nº ____/2024.

Dispensa de Licitação nº ____/2024.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do presente Processo Administrativo PMCSF nº ____/2024, Dispensa de Licitação nº ____/2024, instaurado pelo Município de Sairé, sob as penas da Lei, que atendemos ao inciso VI, do artigo 68, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, e não possuímos em nosso quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e nem menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura)

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO



CAMOCIM DE SÃO FELIX - GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP ou MEI

A
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMOCIM DE SAO FELIX-PE

Ref.:PROCESSO N° ____/2024

DISPENSA N° ____/2024

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n° _____, domiciliada na Rua _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 3º da Lei Complementar n° 123 de 14.12.2006, que:

se enquadra como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL;

a receita bruta anual não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) e II (EPP) do art. 3º e no §1º (MEI) do art. 18-A da Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006;

não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º e §4º do art. 18-A da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06 caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

TRABALHANDO A SERVIÇO DO POVO